

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA COMPANHIA NACIONAL DE ÁLCOOL.

Celebrada entre

COMPANHIA NACIONAL DE ÁLCOOL

Como Emissora;

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Como Agente Fiduciário, representando os Debenturistas;

E

GROU EMPREENDIMENTOS LTDA., ÁLCOOL FERREIRA S.A., MPR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A., GMPR PARTICIPAÇÕES LTDA., GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A., JOSÉ MARCIO FERREIRA SOARES, JOSÉ PAULO FERREIRA SOARES, JOSÉ RICARDO FERREIRA SOARES, JOSÉ SOARES DA SILVA JUNIOR, MARIA HELOISA FREITAS FERREIRA E SILVIA YOKO MUGIUDA SOARES

Como Intervenientes Garantidores.



Datada de 20 de julho de 2015

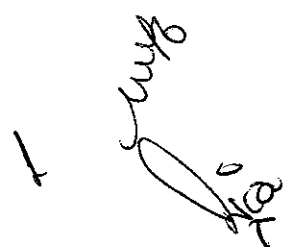
INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA COMPANHIA NACIONAL DE ÁLCOOL.

Pelo presente instrumento particular:

- (i) **COMPANHIA NACIONAL DE ÁLCOOL**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Madeira, 222 – 7º andar, conjunto 71, Edifício Alphacon, Centro Empresarial Alphaville, CEP 06454-010 inscrita no CNPJ sob o nº 60.881.299/0001-62, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.050.444, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Companhia" ou "Emissora");
- (ii) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira constituída sob as leis brasileiras, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro na Avenida das Américas, 4.200, Bloco 8, Ala B, Salas 303 e 304, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário"), representando os debenturistas da 1ª emissão de debentures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição da Emissora ("Debenturistas");

E, ainda, na qualidade de intervenientes garantidores ("Intervenientes Garantidores"): 

- (iii) **GROU EMPREENDIMENTOS LTDA.**, sociedade limitada com sede na Cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, na Travessa Amparo, nº 58, Vianelo, CEP 13207-170, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 58.377.094/0001-00, com seus atos societários devidamente registrados na JUCESP sob NIRE 35.208.314.198 ("Grou Empreendimentos"); 
- (iv) **ÁLCOOL FERREIRA S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Madeira, nº 222, 7º andar, conjunto 72, Edifício Alphacon, Centro Empresarial Alphaville, CEP 06454-010, inscrita no CNPJ sob o nº 61.154.480/0001-30, com seus atos constitutivos registrados perante a JUCESP sob o NIRE 35.300.043.006, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Álcool Ferreira"); 



- (v) **MPR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Madeira, nº 222, 7º andar, conjunto 72, sala 1, Edifício Alphacon, Centro Empresarial Alphaville, CEP 06454-010, inscrita no CNPJ sob o nº 03.214.219/0001-81, com seus atos constitutivos registrados perante a JUCESP sob o NIRE 35.300.171.659 neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("MPR");
- (vi) **GMPR PARTICIPAÇÕES LTDA**, sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Madeira, nº 222, 7º andar, conjunto 72, sala 3, Edifício Alphacon, Centro Empresarial Alphaville, CEP 06454-010, inscrita no CNPJ sob o nº 14.028.920/0001-22, com seus atos constitutivos registrados perante a JUCESP sob o NIRE 35.225.597.275, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("GMPR");
- (vii) **GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Madeira, nº 222, 7º andar, conjunto 71, sala 1, Edifício Alphacon, Centro Empresarial Alphaville, CEP 06454-010, inscrita no CNPJ sob o nº 13.974.755/0001-39, com seus atos constitutivos registrados perante a JUCESP sob o NIRE 35.300.395.506, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Grupo MPR");
- (viii) **JOSÉ MARCIO FERREIRA SOARES**, brasileiro, casado sob o regime da separação total de bens, empresário, inscrito no CPF/MF sob n.º 271.581.778-90 e portador da Cédula de Identidade RG n.º 27.479.005-1 SSP/SP, residente e domiciliado na cidade de Santana do Parnaíba, Estado de São Paulo, na Alameda das Artemísias, n.º 114, Residencial 5, Alphaville, CEP: 06540-225 ("José Márcio");
- (ix) **JOSÉ PAULO FERREIRA SOARES**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, inscrito no CPF/MF sob n.º 260.191.008-98 e portador da Cédula de Identidade RG n.º 27.479.003-8 SSP/SP, residente e domiciliado na cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, na Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, n.º 3.566, Bloco A1, apto. 31, Tamboré, CEP: 06543-001 ("José Paulo");
- (x) **JOSÉ RICARDO FERREIRA SOARES**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, arquiteto, inscrito no CPF/MF sob n.º 222.317.678-05 e portador da Cédula de Identidade RG n.º 34.686.561-X SSP/SP, residente e domiciliado na cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, na Avenida Pentágono, n.º 1.100, complemento Alameda da Mina, casa 41, residencial Scenic, Alphaville, CEP: 06540-427 ("José Ricardo");

- (xi) **JOSÉ SOARES DA SILVA JUNIOR**, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, inscrito no CPF/MF sob n.º 898.230.448-72 e portador da Cédula de Identidade RG n.º 5.972.239-3 SSP/SP, residente e domiciliado na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Itapevira, nº 515, apto. 1, Alphaville Industrial, CEP: 06454-080 ("José Soares");
- (xii) **MARIA HELOISA FREITAS FERREIRA**, brasileira, divorciada, empresária, inscrita no CPF/MF sob n.º 066.302.958-97 e portadora da Cédula de Identidade RG n.º 6.379.064-6 SSP/SP, residente e domiciliada na cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, na Alameda Batatais, nº 52, residencial 4, Alphaville, CEP: 06542-015 ("Maria Heloisa") e
- (xiii) **SILVIA YOKO MUGIUDA SOARES**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, hoteleira, portadora da carteira de identidade nº 24.513.371-9 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 303.845.238-62, residente e domiciliada na cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, na Avenida Pentágono, nº 1.100, complemento Alameda da Mina, casa 41 – residencial Scenic, Alphaville, CEP 06540-427 ("Silvia"), neste ato representada pelo Sr. José Soares, já qualificado, nos termos da procuração pública lavrada em 10 de agosto de 2015, pelo 1º Tabelião de Notas e Protesto de Letras e Títulos de Barueri, no livro 816, páginas 371/372.

Celebram o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Companhia Nacional de Alcool" ("Escritura de Emissão" e "Debêntures", respectivamente), nos termos e condições abaixo:

I. Autorização

1.1. A emissão das Debêntures, a oferta pública de distribuição das Debêntures com esforços restritos de distribuição ("Oferta"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") e a presente Escritura de Emissão serão realizadas com base nas seguintes autorizações:

- (i) assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 20 de julho de 2015 ("AGE da Emissora"), na qual foram deliberadas, dentre outros temas, a aprovação das condições da Emissão (abaixo definida), conforme disposto no artigo 59, parágrafo 1º da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), a autorização para a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (conforme abaixo definido), nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças;
- (ii) reunião de sócios da Grou Empreendimentos, realizada em 20 de julho de 2015 ("RS da Grou Empreendimentos"), na qual foi deliberada a autorização para a constituição de Hipoteca (conforme abaixo definido) e prestação de Fiança (conforme abaixo definido) para assegurar o integral e pontual pagamento do Valor Garantido (conforme definido abaixo);

- (iii) assembleia geral extraordinária da Álcool Ferreira, realizada em 20 de julho de 2015 ("AGE da Álcool Ferreira"), na qual foi deliberada a autorização para a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças e prestação de Fiança para assegurar o integral e pontual pagamento do Valor Garantido;
- (iv) assembleia geral extraordinária da MPR, realizada em 20 de julho de 2015 ("AGE da MPR") na qual foi deliberada a autorização para a prestação de Fiança para assegurar o integral e pontual pagamento do Valor Garantido;
- (v) reunião de sócios da GMPR, realizada em 20 de julho de 2015 ("RS da GMPR"), na qual foi deliberada a autorização para a prestação de Fiança para assegurar o integral e pontual pagamento do Valor Garantido;
- (vi) reunião de diretoria da GMPR, realizada em 20 de julho de 2015 ("RD da GMPR"), na qual foi deliberada a autorização para a prestação de Fiança para assegurar o integral e pontual pagamento do Valor Garantido;
- (vii) reunião do conselho de administração do Grupo MPR, realizada em 20 de julho de 2015 ("RCA do Grupo MPR"), na qual foi deliberada a autorização para a prestação de Fiança para assegurar o integral e pontual pagamento do Valor Garantido; e
- (viii) assembleia geral extraordinária do Grupo MPR, realizada em 20 de julho de 2015 ("AGE do Grupo MPR"), na qual foi deliberada a autorização para a prestação de Fiança para assegurar o integral e pontual pagamento do Valor Garantido.

II. Requisitos

2.1. A emissão das Debêntures ("Emissão"), a Oferta e a presente Escritura de Emissão serão realizadas com base na observância dos seguintes requisitos:

- (i) *arquivamento e publicação da ata da AGE da Emissora.* A ata de AGE da Emissora será arquivada na JUCESP e será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no Jornal Empresas e Negócios ("Empresas e Negócios"), nos termos do artigo 62, inciso I e do artigo 289 da Lei das S.A.;
- (ii) *arquivamento e publicação das atas de AGEs das Intervenientes Garantidoras.* As atas de AGE da Álcool Ferreira, AGE da MPR e AGE do Grupo MPR serão arquivadas na JUCESP e publicadas no DOESP e no jornal Empresas e Negócios, nos termos do artigo 62, inciso I e do artigo 289 da Lei das S.A.;

- (iii) *arquivamento das atas das RS e RD das Intervinentes Garantidoras.* As atas de RS da Grou Empreendimentos, RS da GMPR e RD da GMPR serão arquivadas na JUCESP;
- (iv) *arquivamento e publicação da ata da RCA da Interveniente Garantidora.* A ata da RCA do Grupo MPR será arquivada na JUCESP e será publicada no DOESP e no jornal Empresas e Negócios, nos termos do artigo 62, inciso I e do artigo 289 da Lei das S.A.;
- (v) *inscrição da Escritura de Emissão.* Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCESP, nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º da Lei das S.A.. No prazo de até 05 (cinco) Dias Úteis após o registro da Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos na JUCESP, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original da Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos devidamente registrados;
- (vi) *depósito eletrônico para distribuição e negociação.* As debêntures serão depositadas para distribuição no mercado primário e, sujeito ao disposto na Cláusula 5.4. abaixo, negociação no mercado secundário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”) e do módulo CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP 21”), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures depositadas eletronicamente na CETIP.
- (vii) *garantia fidejussória.* Em função da Fiança (conforme abaixo definido) prestada na presente Escritura de Emissão, esta será registrada nos competentes Cartórios de Títulos e Documentos da Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, da cidade de Santana do Parnaíba, Estado de São Paulo, da Cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na forma prevista na Lei no. 6.015, de 31 de dezembro de 1973 e alterações posteriores (“Lei 6.015”), no prazo de 20 (vinte) dias contatos da data de assinatura desta Escritura de Emissão. No prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após o registro da Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original da Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos devidamente registrados.
- (viii) *registro dos Contratos de Garantia.* Os Contratos de Garantia (conforme definido abaixo) deverão estar registrados nos competentes Cartórios, conforme neles dispostos, nos termos da Lei 6.015, previamente à subscrição das Debêntures. No prazo de até 05 (cinco) Dias contados da data registro dos Contratos de Garantia a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original dos respectivos registros.

DUCEAP

21 08 14

- (ix) *dispensa de registro na CVM.* A Oferta está automaticamente dispensada de registro na CVM, na forma do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos de distribuição; e
- (x) *registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (“ANBIMA”).* Nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso I do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”, em vigor desde 03 de fevereiro de 2014 (“Código ANBIMA”), a Oferta será registrada na ANBIMA apenas com a finalidade de envio de informações para a base de dados da ANBIMA, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição, sendo que este registro está condicionado à expedição, até a comunicação de encerramento da Oferta, de diretrizes a serem eventualmente especificadas pela ANBIMA.

III. Objeto Social da Companhia

3.1. O objeto social da Companhia compreende: (i) A indústria, comércio e distribuição por atacado e varejo, assim como a importação e exportação de álcool, subprodutos, derivados e afins; (ii) a indústria, comércio, distribuição por atacado e varejo, assim como a importação e exportação de solventes derivados ou não de petróleo; (iii) a indústria, comércio, distribuição por atacado e varejo, assim como a importação e exportação de produtos de limpeza, como desinfetantes, amaciantes, detergentes, cera, etc.; (iv) a indústria, comércio, distribuição por atacado e varejo, assim como a importação e exportação de matérias primas, embalagens e outros artigos plásticos, inclusive para consumo próprio; (v) a indústria, comércio, distribuição por atacado e varejo, assim como a importação e exportação de vinagres e bebidas alcoólicas; (vi) a indústria, comércio, distribuição por atacado e varejo, assim como a importação e exportação de produtos químicos, resinas artificiais e sintéticas, tintas, vernizes, borrachas, lacas, acetonas, perfumarias, cosméticos, essências, soda cáustica e desinfetantes; (vii) a indústria, comércio, distribuição por atacado e varejo, assim como a importação e exportação de açúcar e (ix) o transporte de cargas em geral, por conta própria e de terceiros.

IV. Destinação dos Recursos

4.1. Os recursos provenientes da Oferta serão destinados ao alongamento do perfil da dívida da Emissora, incluindo o pagamento das dívidas listadas no Anexo I à presente Escritura de Emissão.

21.08.19

21.08.19

V. Características da Oferta

5.1. **Distribuição.** As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de subscrição, nos termos do “Contrato de Coordenação e Distribuição de Debêntures Simples, da Espécie com Garantia Real, Não Conversível em Ações, em Série Única, da 1ª Emissão da Companhia Nacional de Álcool – CNA” (“Contrato de Distribuição”), com intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários (“Coordenador Líder”), tendo como público alvo investidores qualificados, conforme definição do artigo 4º da Instrução CVM 476 e artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004 (“Instrução CVM 409”)(“Investidores Qualificados”).

5.1.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Emissão: (a) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Emissão, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

5.2. **Forma de Subscrição.** As Debêntures serão subscritas e integralizadas por meio do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a liquidação financeira através da CETIP.

5.3. **Forma e Preço de Integralização.** Observado o disposto nos artigos 7-A e 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476, as Debêntures serão subscritas a qualquer tempo a partir do início de sua distribuição, e integralizadas à vista, no ato da subscrição (“Data da Integralização”), em moeda corrente nacional, e em conformidade com a Cláusula 5.1. acima, de acordo com os procedimentos de liquidação aplicáveis da CETIP, sendo integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário (conforme definido na Cláusula 6.4. abaixo), acrescido da Remuneração, calculada conforme Cláusula 6.19 abaixo.

5.3.1. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando estar cientes, dentre outros, de que (a) a Oferta não foi registrada perante a CVM, (b) a Emissão será registrada perante a ANBIMA apenas para os fins de envio de informações à sua base de dados, desde que expedidas as diretrizes específicas pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas do Mercado de Capitais da ANBIMA nesse sentido até o encerramento da Oferta perante a CVM, (c) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável, nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Distribuição, e (d) concorda expressamente com todos os termos e condições da Emissão, conforme descritos nesta Escritura.

5.4. **Negociação.** As Debêntures serão depositadas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP 21, administrado e operacionalizado pela CETIP. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados e após decorridos 90 (noventa) dias da data da respectiva subscrição ou aquisição pelo

investidor, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e observado o cumprimento, pela Companhia, do artigo 17 da Instrução CVM 476 e demais normativos aplicáveis.

5.5. *Plano de Distribuição.* O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"). Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados.

5.5.1. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará o Plano de Distribuição nos termos da Instrução CVM 476 e desta Escritura de Emissão.

5.5.2. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

5.5.3. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez, tampouco será celebrado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado, ainda, contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

VI. Características das Debêntures

6.1. *Número da Emissão.* As Debêntures representam a 1ª emissão de debêntures da Companhia.

6.2. *Valor Total da Emissão.* O valor total da emissão é de R\$ 42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de reais), na Data da Emissão (conforme definido abaixo).

6.3. *Quantidade de Debêntures.* Serão emitidas 42 (quarenta e duas) Debêntures.

6.4. *Valor Nominal Unitário.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data da Emissão ("Valor Nominal Unitário").

6.5. *Séries.* A emissão será realizada em série única.

6.6. *Forma.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados.

6.7. *Comprovação de Titularidade.* Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Escriturador (conforme definido na Cláusula 6.8. abaixo) e, adicionalmente, para as Debêntures depositadas eletronicamente na CETIP, será expedido por ela, extrato em nome do Debenturista que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures.

Poli

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

6.8. *Banco Liquidante e Escriturador.* O banco liquidante das Debêntures será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, inscrita no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante na prestação dos serviços relativos às Debêntures) e o escriturador das Debêntures será a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Escriturador na prestação dos serviços relativos às Debêntures).

6.9. *Conversibilidade e Permutabilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações da Companhia e nem permutáveis por ações de outra sociedade.

6.10. *Participação nos Lucros.* As Debêntures não farão jus à participação nos lucros da Emissora.

6.11. *Espécie.* As Debêntures serão da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das S.A.

6.12. *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 25 de agosto de 2015 ("Data de Emissão").

6.13. *Prazo e Data de Vencimento.* Observado o disposto na Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de 05 (cinco) anos, contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 25 de agosto de 2020 ("Data de Vencimento").

6.14. *Pagamento do Valor Nominal Unitário.* O Valor Nominal Unitário das Debêntures será pago trimestralmente, em 15 (quinze) parcelas, nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro, a partir do final do 18º. (décimo oitavo) mês, inclusive, contado da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento, portanto, em 25 de fevereiro de 2017 e o último na Data de Vencimento, conforme a tabela abaixo:

| Data de Amortização | % do Valor Nominal Unitário |
|---------------------|-----------------------------|
| 25.02.2017 | 5.8823 |
| 25.05.2017 | 5.8823 |
| 25.08.2017 | 5.8823 |
| 25.11.2017 | 5.8823 |
| 25.02.2018 | 5.8823 |
| 25.05.2018 | 5.8823 |

DUCE SP

21 08 15

| | |
|------------|---|
| 25.08.2018 | 5.8823 |
| 25.11.2018 | 5.8823 |
| 25.02.2019 | 5.8823 |
| 25.05.2019 | 5.8823 |
| 25.08.2019 | 5.8823 |
| 25.11.2019 | 5.8823 |
| 25.02.2020 | 5.8823 |
| 25.05.2020 | 5.8823 |
| 25.08.2020 | Saldo Remanescente do Valor Nominal Unitário |

6.15. **Remuneração.** A remuneração das Debêntures será a seguinte:

- (i) **atualização monetária.** O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.
- (ii) **juros remuneratórios.** Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet <http://www.cetip.com.br> (“Taxa DI”), acrescida exponencialmente de um *spread* equivalente a 3,70% (três inteiros e setenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, (“Sobretaxa”, e em conjunto com a Taxa DI, “Remuneração”), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Data da Emissão ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de pagamento da Remuneração subsequente, ou na Data de Vencimento, conforme definido abaixo, ou na data de pagamento em decorrência de declaração de vencimento antecipado ou por ocasião de Oferta de Resgate Antecipado. Farão jus à Remuneração aqueles que forem Debenturistas ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

Pol

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

A. [Handwritten signature]

DUCE SP

21.08.15

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração devida na data de pagamento da Remuneração, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário de Debênture, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Sendo que:

Fator DI = produtório das Taxas DI-Over, desde a Data da Emissão ou da data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

n = número total de Taxas DI-Over consideradas na apuração do produtório, sendo "n" um número inteiro;

k = número de ordem dos fatores das Taxas DI, variando de 1 até n;

TDI_k = Taxa DI-Over de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

DI_k = Taxa DI-Over de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

Pol.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DUP}}{360}} \right] \right\}$$

Sendo que:

Spread = 3,7000 e

DUP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão, ou data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo “n” um número inteiro.

Observações:

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

O fator resultante da expressão $(1 + \text{TDI}_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + \text{TDI}_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão $(\text{Fator DI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

6.15.1. Periodicidade do pagamento da Remuneração das Debêntures. A Remuneração das Debêntures será paga trimestralmente, nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro, sendo o primeiro pagamento em 25 de novembro de 2015 e o último na Data de Vencimento ou, conforme o caso, por ocasião da Oferta de Resgate Antecipado ou Vencimento Antecipado.

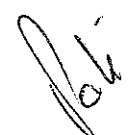
6.15.2. Indisponibilidade Temporária da Taxa DI. Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Companhia não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada na apuração de TDI_k a última taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Companhia e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 6.15.3 abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

6.15.3. *Indisponibilidade da Taxa DI.* Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso da impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso, convocar assembleia geral de Debenturistas para os Debenturistas deliberarem, em comum acordo com a Companhia e observada a decisão conjunta BACEN/CVM no. 13, de 14 de março de 2003, e regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado interbancário vigente à época. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última Taxa DI divulgada será utilizada na apuração do Fator Juros quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Companhia e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da assembleia geral de Debenturistas prevista acima, a assembleia geral de Debenturistas não será realizada e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos aqui previstos, a última Taxa DI divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão. Caso, na assembleia geral de Debenturistas prevista acima, não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Companhia e Debenturistas representando no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Companhia optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Companhia a comunicar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da realização da respectiva assembleia geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:



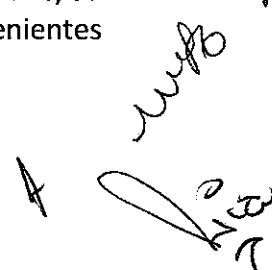
- (i) a Companhia deverá resgatar a totalidade das Debêntures, com seu consequente cancelamento, no prazo de 90 (noventa) dias contados da data da realização da respectiva assembleia geral de Debenturistas ou na Data do Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou da data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso até a data do efetivo resgate, caso em que a Taxa DI a ser utilizada para a apuração de TDI_k no cálculo da Remuneração será a última Taxa DI disponível; ou
- (ii) a Companhia deverá amortizar extraordinariamente as Debêntures, em cronograma a ser estipulado pela Companhia e aprovado pelos Debenturistas em assembleia geral de Debenturistas, sendo certo que

após o pagamento da última parcela a Companhia deliberará acerca do cancelamento da Emissão. O cronograma deverá ser comunicado previamente à CETIP, mediante o envio da ata da assembleia Geral de Debenturistas em até 2 (dois) Dias Úteis de sua realização. O cronograma não excederá a respectiva Data de Vencimento, observado que durante o cronograma de amortização extraordinária estipulado pela Companhia e aprovado pelos Debenturistas em assembleia geral de Debenturistas, até a integral quitação das Debêntures, as Debêntures farão jus à remuneração definida pelos Debenturistas, e apresentada à Companhia na assembleia geral de Debenturistas prevista acima.

6.15.4. A Emissora e os Intervenientes Garantidores desde já concordam com o disposto nesta Cláusula 6.15, declarando que o aqui disposto, não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes da Lei. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), mantendo-se as garantias válidas e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar obrigação da Emissora de resgatar as Debêntures, conforme acima previsto, ou no caso de inadimplemento, pela Emissora, desta obrigação. Os Intervenientes Garantidores desde já concordam e se obrigam a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto acima.

6.16. *Vencimento Antecipado.* Observados os termos desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos titulares das Debêntures deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Companhia do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Emissão, ou da data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento e, no caso de inadimplemento de obrigações pecuniárias, dos Encargos Moratórios calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados, observados os procedimentos descritos nas Cláusulas 6.17 a 6.21 abaixo, na ciência da ocorrência de qualquer dos seguintes eventos (cada um, um "Evento de Vencimento Antecipado"): 

6.16.1. *Eventos de Vencimento Antecipado Automático:*

- (i) inadimplemento, pela Companhia e/ou pelos Intervenientes Garantidores, de qualquer obrigação pecuniária decorrente das Debêntures e/ou dos Contratos de Garantia, que não seja sanado no prazo de 1 (um) Dia Útil;
- (ii) utilização dos recursos provenientes da Oferta de forma diversa daquela descrita no item 4.1. acima;
- (iii) questionamento judicial, pela Emissora e/ou suas controladoras, direta ou indireta, controladas e/ou empresas sob controle comum direto e/ou empresas coligadas, bem como de qualquer dos Intervenientes 



Garantidores (para fins deste instrumento, "Pessoas do Grupo Econômico da Companhia"), desta Escritura de Emissão, de qualquer dos Contratos de Garantia e/ou de qualquer dos demais documentos relacionados à Oferta;

- (iv) transferência, cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, pela Companhia e/ou pelos Intervenientes Garantidores, de qualquer direito ou obrigação da Companhia e/ou dos Intervenientes Garantidores, que tenham sido originados nos documentos relativos às Debêntures ou nos Contratos de Garantia, sem a prévia anuência, por escrito, de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- (v) anulação, nulidade ou inexecutabilidade quanto à emissão das Debêntures, bem como caso a Emissão e/ou os Contratos de Garantia e/ou os respectivos documentos da Oferta se tornem inválidos, ineficazes ou inexecutáveis;
- (vi) extinção, insolvência, pedido ou decretação de falência, dissolução e/ou liquidação, pedido de autofalência, de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia e/ou de Pessoas do Grupo Econômico da Companhia e/ou qualquer outro evento análogo que venha a ser criado pela legislação falimentar em substituição ou complementação a estes, não elidido, contestado, suspenso e/ou cujo pagamento não tenha sido comprovado pela Emissora no prazo legal, se aplicável;
- (vii) redução do capital social da Companhia e/ou de qualquer das Pessoas do Grupo Econômico da Companhia, recompra de ações, amortização de ações, emissão de partes beneficiárias, associação ou qualquer outra operação que tenha um efeito caixa similar envolvendo a Companhia e/ou qualquer das Pessoas do Grupo Econômico da Companhia sem a prévia anuência dos Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- (viii) transformação do tipo societário da Companhia, de modo que ela deixe de ser uma sociedade anônima, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (ix) alteração do objeto social da Companhia conforme disposto em seu Estatuto Social vigente na Data de Emissão, que resulte ou possa resultar em desvios à atividade principal desenvolvida pela Companhia e/ou por qualquer de suas controladas, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- (x) (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Companhia e/ou de qualquer das Pessoas do Grupo Econômico da

Bi

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Companhia contraídas junto a instituições financeiras e/ou decorrentes de operação de mercado de capitais, no Brasil ou no exterior; e/ou (b) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Companhia e/ou de qualquer das Pessoas do Grupo Econômico da Companhia em montante, individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ou equivalente em outras moedas, atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA, que não esteja incluída no item (a) acima;

- (xi) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária da Companhia e/ou de qualquer das Pessoas do Grupo Econômico da Companhia em montante, individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ou equivalente em outras moedas, atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA;
- (xii) pagamento pela Companhia e/ou pela Álcool Ferreira de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de distribuição de recursos aos acionistas da Companhia e/ou da Álcool Ferreira acima do mínimo legal, exceto se (i) a Companhia e a Álcool Ferreira estejam perfeitamente adimplentes com suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e dos demais documentos da Emissão e (ii) a Companhia esteja cumprindo com o índice de Dívida Financeira Líquida/EBITDA igual ou inferior a 2,0 vezes, sendo que em todos os casos, a distribuição de recursos estará limitada a 70% (setenta por cento) do lucro líquido ajustado;
- (xiii) alienação, cessão e/ou qualquer outra forma de transferência de bens e/ou ativos da Emissora cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA, ou seu equivalente em outras moedas, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação;
- (xiv) alienação, cessão e/ou qualquer outra forma de transferência de imóveis objeto da Hipoteca exceto se (i) previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação; ou (ii) desde que (a) 70% (setenta por cento) do valor da referida venda, seja objeto de cessão fiduciária em garantia do saldo devedor das Debêntures e das CCBs ou na amortização/liquidação antecipada das Debêntures e das CCBs (conforme definido abaixo), proporcionalmente conforme Contrato entre Credores (conforme definido abaixo) e (b) que os respectivos preços de venda dos Imóveis não sejam inferiores a 90% (noventa por cento) do valor de mercado apurado na forma descrita na Hipoteca;

Pol

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

meio

[Handwritten signature]

- (xv) alteração ou cancelamento das Contas de Depósito (conforme definidas no Contrato de Cessão Fiduciária), sem a prévia e expressa anuência do Agente Fiduciário;

6.16.2. *Eventos de Vencimento Antecipado Não Automático:*

- (i) descumprimento, pela Companhia e/ou pelos Interviente Garantidores, de qualquer obrigação não pecuniária decorrente da Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia, desde que não seja devidamente sanado no prazo de cura aplicável ou, em sua ausência, no prazo de 05 (cinco) dias contados do respectivo inadimplemento;
- (ii) ocorrência de qualquer alteração na composição e/ou transferência do controle acionário da Companhia e/ou de qualquer das Pessoas do Grupo Econômico da Companhia sem a prévia anuência dos Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- (iii) ocorrência de qualquer reorganização societária envolvendo a Companhia e/ou qualquer das Pessoas do Grupo Econômico da Companhia, incluindo, mas não se limitando a fusão, cisão, alienação, incorporação (bem como incorporação de ações), e/ou qualquer forma de reorganização societária sem a prévia anuência dos Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- (iv) concessão pela Companhia de mútuos, empréstimos ou adiantamentos salvo (a) se concedidos para qualquer dos Interviente Garantidores pessoa jurídica e desde que o valor, individual ou agregado, seja inferior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA, ou o equivalente em outras moedas e desde que a Companhia esteja cumprindo os Índices Financeiros (*covenants*) estipulados no item (xiii) abaixo;
- (v) concessão pela Companhia de aval, fiança ou outra garantia fidejussória para terceiros;
- (vi) protesto de títulos da Companhia e/ou das Pessoas do Grupo Econômico da Companhia cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ou equivalente em outras moedas, atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA, ou o equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo legal, seja validamente comprovado pela Companhia ao Agente Fiduciário que: (a) tenha sido obtida decisão judicial para a sustação ou anulação de seus efeitos; (b) o protesto seja cancelado no prazo legal; (c) os valor do(s) título(s) sejam depositados em juízo; ou (d) o montante protestado tenha

sido devidamente quitado pela Emissora e/ou pelas Pessoas do Grupo Econômico da Companhia no prazo legal;

- (vii) descumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado ou de qualquer decisão ou sentença arbitral não sujeita a recurso contra a Companhia e/ou contra qualquer das Pessoas do Grupo Econômico da Companhia em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA, ou o equivalente em outras moedas e desde que a respectiva execução de sentença não tenha sido afastada em razão de impugnação nos termos do art. 475-L, do Código de Processo Civil;
- (viii) se for proferida decisão final, em última instância, desfavorável aos interesses da Companhia e/ou desfavorável aos interesses de qualquer das Pessoas do Grupo Econômico da Companhia, obrigando-as a pagar valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA, ou o equivalente em outras moedas e desde que a respectiva execução de sentença não tenha sido afastada em razão de impugnação nos termos do art. 475-L, do Código de Processo Civil;
- (ix) descumprimento de qualquer decisão administrativa de entidade regulatória que possa impactar de maneira significativa as condições econômicas, financeiras e/ou operacionais da Companhia e/ou de qualquer das Pessoas do Grupo Econômico da Companhia;
- (x) arresto, confisco, desapropriação, estatização, sequestro ou penhora de bens ou receitas da Companhia e/ou de qualquer das Pessoas do Grupo Econômico da Companhia que: (a) estejam relacionados ou possam afetar os Contratos de Garantia; ou (b) tenham valor individual ou agregado igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA, ou o equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data do fato, este arresto, confisco, desapropriação, sequestro ou penhora seja cancelado ou suspenso;
- (xi) na hipótese de a Emissora deixar de reforçar as garantias objeto dos Contratos de Garantia, dentro dos prazos específicos previstos nos respectivos instrumentos, a partir da comunicação por escrito que lhe fizer o Agente Fiduciário;
- (xii) violação ou indício de violação pela Emissora e/ou por qualquer das Pessoas do Grupo Econômico da Companhia, de qualquer dispositivo legal ou regulatório relativo à prática de corrupção ou de atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, incluindo, mas não se limitando, a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

- (xiii) constatação de que quaisquer declarações prestadas pela Companhia e/ou pelos Intervenientes Garantidores em qualquer dos documentos relacionados à Emissão são falsas, incorretas, incompletas, inconsistentes ou enganosas;
- (xiv) descumprimento, por parte da Emissora e/ou de qualquer das Pessoas do Grupo Econômico da Companhia, durante a vigência das Debêntures, das leis, normas e regulamentos ambientais aplicáveis cuja exigibilidade não esteja sendo contestada, de boa fé, pela Emissora e/ou por qualquer das Pessoas do Grupo Econômico da Companhia em esfera judicial ou administrativa;
- (xv) não atendimento pela Emissora, dos índices financeiros relacionados a seguir ("Índices Financeiros"), a serem calculados anualmente pelos auditores independentes registrados junto à CVM contratados pela Emissora e acompanhado anualmente pelo Agente Fiduciário com base nas informações anuais auditadas compreendendo os resultados consolidados da Emissora e da Álcool Ferreira, que serão encaminhadas em até 15 (quinze) dias corridos após a sua divulgação, juntamente com o relatório específico de apuração dos Índices Financeiros elaborado pelos auditores independentes contratados pela Emissora, contendo a memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção de tais Índices Financeiros, sendo que a primeira verificação ocorrerá com relação às demonstrações financeiras relativas a 31 de dezembro de 2015 e as demais verificações ocorrerão, anualmente, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures. O Agente Fiduciário poderá solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Índices Financeiros: Dívida Financeira Líquida/EBITDA igual ou inferior a 3,5 vezes em dezembro de 2015, igual ou inferior a 2,8 vezes em dezembro de 2016 e igual ou inferior a 2,0 vezes de dezembro de 2017 em diante.

Onde:

"Dívida Financeira Líquida": significa valor da Dívida menos as disponibilidades em caixa, aplicações financeiras e ativos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos).

"Dívida": significa a soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, incluídos os títulos descontados com regresso, as fianças e avais prestados em benefício de terceiros, arrendamento mercantil/*leasing* financeiro e os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional. Inclui também os passivos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos).

“EBITDA”: significa o resultado relativo aos ~~12~~ (doze) meses anteriores à data de apuração, antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários.

Entendem-se como Resultado Não Operacional: Venda de Ativos; Provisões/Reversões de Contingências sem efeito caixa no curto prazo; *Impairment* e Despesas Pontuais de Reestruturação; e

(xvi) nos demais casos previstos em lei.

6.17. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado descritos na Cláusula 6.16.1 (cada um, um **“Evento de Vencimento Antecipado Automático”**), não sanados nos respectivos prazos de cura, se aplicável, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures. Neste caso, o Agente Fiduciário deverá, assim que verificado, declarar vencidas todas as obrigações das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido em até 2 (dois) Dias Úteis.

6.18. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado descritos na Cláusula 6.16.2 (cada um, um **“Evento de Vencimento Antecipado Não-Automático”**), deverá ser informada em até 1 (um) Dia Útil pela Companhia ao Agente Fiduciário ou, o Agente Fiduciário deverá convocar, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que for verificada a sua ocorrência, assembleia geral de Debenturistas, a se realizar no prazo mínimo previsto em lei, a fim de deliberar sobre eventual não vencimento antecipado das Debêntures com base no respectivo Evento de Vencimento Antecipado.

6.19. A assembleia de Debenturistas a que se refere o item anterior somente poderá determinar que o evento ocorrido não enseje o vencimento antecipado das Debêntures por deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação. Em caso de não instalação, em segunda convocação, da assembleia geral de Debenturistas ou, ainda, em caso de instalação, mas não aprovação por insuficiência de quórum de votação em segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar imediatamente o vencimento antecipado das Debêntures.

6.20. Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, a Companhia obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração (e, no caso de inadimplemento de obrigações pecuniárias, dos Encargos Moratórios calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), calculado *pro rata temporis* desde a Data da Emissão, ou da data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão, em até 2 (dois) Dias Úteis contados

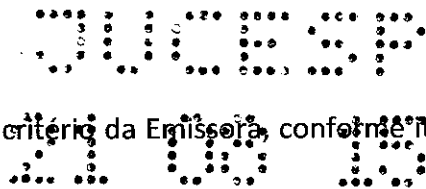
da data da declaração do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

6.22. Repactuação Programada. Não haverá repactuação programada.

6.24. Oferta de Resgate Antecipado (“Tender Offer”). A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures, endereçada a todos os debenturistas sem distinção, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar ou não o resgate das Debêntures por eles detidas (“Oferta de Resgate Antecipado”).

6.24.2. Após a comunicação dos termos da oferta de resgate antecipado, os debenturistas que optarem pela adesão à referida oferta terão 5 (cinco) Dias Úteis para se manifestarem à Emissora. Ao final desse período, a Emissora terá 10 (dez) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado.

6.24.4. O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido (a) da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate; e (b) se for o caso, de prêmio de resgate antecipado a



ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, conforme item 6.24.1., o qual não poderá ser negativo.

6.25. *Aquisição Facultativa.* É facultado à Emissora, observada a restrição para negociação das Debêntures prevista na Cláusula 5.4. acima, adquirir Debêntures, observadas as regras expedidas pela CVM nesse sentido, bem como o disposto no parágrafo 3º, do artigo 55, da Lei das S.A., acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios e Multa, se for o caso. As Debêntures objeto deste procedimento poderão: (a) ser canceladas; (b) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (c) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora, nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures.

6.26. *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) multa moratória não compensatória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento ("Encargos Moratórios").

6.27. *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará qualquer direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

6.28. *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Companhia, por meio da CETIP, conforme as Debêntures estejam depositadas na CETIP ou, ainda, por meio do Banco Liquidante para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures depositadas na CETIP.

6.29. *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo. Para os fins desta Escritura de Emissão e os demais documentos da Oferta, "Dia(s) Útil(eis)" significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

6.30. *Imunidade Tributária.* Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

6.31. *Publicidade.* Todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicadas, na forma de aviso aos Debenturistas, nos Jornais DOESP e Empresas e Negócios, sempre imediatamente após a realização da ocorrência do ato a ser divulgado. A Companhia poderá alterar os jornais acima por outro jornal de grande circulação que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.

6.32. *Garantias Reais.* Para assegurar o integral e pontual pagamento do Valor Garantido (conforme definido abaixo), serão concedidas as seguintes garantias reais em favor dos titulares das Debêntures ("Garantias Reais"), que serão compartilhadas com o Banco do Brasil S.A. ("Credor"), credor da Cédula de Crédito Bancário nº 332.002.278, emitida pela Companhia em 15 de março de 2013 e a ser aditada em 10 de agosto de 2015, no valor de R\$ 11.967.442,00 (onze milhões, novecentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e dois reais), e da Cédula de Crédito Bancário nº 332.002.705, no valor de R\$ 4.365.891,33 (quatro milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e noventa e um reais e trinta e três centavos), a ser emitida pela Companhia em 10 de agosto de 2015 (as "CCBs"), conforme o Instrumento Particular de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças firmado entre o Agente Fiduciário e o Banco do Brasil S.A. em 20 de julho de 2015 ("Contrato de Compartilhamento de Garantias"),:

(i) hipoteca dos imóveis objeto das matrículas nº 66415 do 2º Oficial de Registro de Imóveis e Anexos do município de Piracicaba, estado de São Paulo e nº 68 do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca da Cidade de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, de propriedade da Grou Empreendimentos ("Garantidora Real") conforme "Escritura Pública Constituição de Garantia Hipotecária" ("Escritura de Hipoteca"), cuja garantia é parte integrante desta Escritura de Emissão ("Hipoteca");

(ii) cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Emissora e da Álcool Ferreira, referentes a (a) créditos oriundos de duplicatas relativas a vendas de produtos; (b) à conta corrente vinculada mantida pela Emissora junto ao Banco Itaú BBA S.A. ("Conta de Depósito da CNA") e conta corrente vinculada mantida pela Álcool Ferreira junto ao Banco Itaú BBA S.A. ("Conta de Depósito da Álcool Ferreira") e em conjunto com a Conta de Depósito da CNA, as "Contas de Depósito", contas estas, indicadas no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, conforme definido abaixo; e (c) às aplicações financeiras de tempos em tempos feitas com recursos depositados nas Contas de Depósito ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios"), conforme Contrato de Cessão Fiduciária de

Direitos Creditórios e Outras Avenças ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios" e em conjunto com a Escritura de Hipoteca, os "Contratos de Garantia"), cuja garantia é parte integrante desta Escritura de Emissão;

6.32.1. As Garantias Reais são constituídas em benefício conjunto com o Credor e os Debenturistas, e serão compartilhadas proporcionalmente ao saldo devedor existente com o Credor e os Debenturistas, nos mesmos termos, *pari passu* e em mesmo grau de senioridade, nos termos do Contrato de Compartilhamento de Garantias celebrado entre o Credor e o Agente Fiduciário. Os demais termos e condições do Compartilhamento de Garantias estão expressamente previstos no Contrato de Compartilhamento de Garantias.

6.33. *Garantias Fidejussórias.* Para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, os Intervenientes Garantidores prestam fiança ("Fiança") em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se como fiadores e principais pagadores, solidariamente responsáveis entre si e com a Emissora, pelo pagamento dos valores devidos nos termos desta Escritura, conforme os termos e condições abaixo:

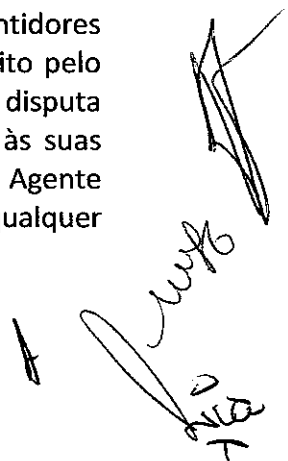
6.33.1. Os Intervenientes Garantidores declaram-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadores e principais pagadores do Valor Garantido (conforme definido abaixo) da Emissora, oriundo das Debêntures desta Emissão, nos termos desta Escritura de Emissão e em conformidade com o artigo 818 do Código Civil.

6.33.2. O valor da Fiança é limitado ao valor total das obrigações inerentes à Emissão, sendo garantido pelos Intervenientes Garantidores, incluindo: (i) o Valor Nominal das Debêntures, acrescidos dos Juros Remuneratórios e Encargos Moratórios, se for o caso, calculados nos termos desta Escritura de Emissão, bem como (ii) todos os acessórios ao principal, inclusive as despesas judiciais, tributos, despesas associadas à execução das garantias atreladas às Debêntures, despesas com assessor legal, com Agente Fiduciário, Banco Liquidante e Escriturador e verbas indenizatórias, quando houver ("Valor Garantido"). Todo e qualquer pagamento realizado pelos Intervenientes Garantidores em relação à Fiança ora prestada será efetuado livre e líquido, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, exceto nas hipóteses de retenção direto na fonte.

6.33.3. O Valor Garantido será pago pelos Intervenientes Garantidores em até 2 (dois) Dias Úteis após recebimento de notificação por escrito pelo Agente Fiduciário, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações. A notificação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário após a ocorrência de falta de pagamento pela Emissora de qualquer

bi





valor devido em relação às Debêntures na data de seu pagamento ou, em caso de vencimento antecipado das Debêntures, o pagamento deverá ser realizado fora do âmbito da CETIP e de acordo com as instruções do Agente Fiduciário.

6.33.4. Os Intervenientes Garantidores expressamente renunciam ao benefício de ordem, direito e faculdade de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 827, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil e artigo 77 e 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 ("Código de Processo Civil").

6.33.5. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pelos Intervenientes Garantidores com o objetivo de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante as Debenturistas.

6.33.6. Os Intervenientes Garantidores sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que os Intervenientes Garantidores obrigam-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.

6.33.7. A presente Fiança entrará em vigor na Data da Emissão e permanecerá válida em todos seus termos até a data do integral cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão.

6.33.8. Os Intervenientes Garantidores Grou Empreendimento, Álcool Ferreira, MPR, GMPP e Grupo MPR, declaram e garantem que (i) a prestação desta Fiança foi devidamente autorizada pelos respectivos órgãos societários competentes; (ii) todas as autorizações necessárias para a prestação desta Fiança foram obtidas e se encontram em pleno vigor; e (iii) o prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, será a data do pagamento integral do Valor Garantido.

6.33.9. A inobservância pelo Agente Fiduciário dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob nenhuma hipótese, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo ser a Fiança executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral quitação do Valor Garantido.

6.34. *Comunicações.* Todas as comunicações ou notificações realizadas nos termos desta Escritura de Emissão devem ser sempre realizadas por escrito, para os endereços abaixo. As comunicações e as notificações serão consideradas recebidas quando entregues, sob protocolo ou mediante "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio,

Li

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

DUCEAP

desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços abaixo no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado:

Para a Companhia

Companhia Nacional de Álcool

Alameda Madeira, 222 – 7º andar – cj 71

Barueri - SP

CEP 06454-010

At.: José Paulo Ferreira Soares

Telefone: (11) 3658.1633

Fac-símile: (11) 3658.1574

Correio Eletrônico: poli@grupompr.com.br

Para o Agente Fiduciário

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Av. das Américas, no. 4.200, Bloco 8, Ala B, Salas 303 e 304 – Barra da Tijuca

Rio de Janeiro - RJ

CEP 22640-102

At: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fac-símile: (21) 3385-4046

Correio Eletrônico: operacional@pentagonotruster.com.br

Para a CETIP

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Av. Brigadeiro Faria Lima, no. 1.663, 4º. Andar

São Paulo – SP

CEP 01452-001

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fac-símile: (11) 3111-1559

Correio eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br

Para os Intervenientes Garantidores

Grou Empreendimentos Ltda.

Travessa Amparo, 58 - Vianelo

Jundiaí - SP

CEP 13207-170

At.: Jose Paulo Ferreira Soares

Telefone: (11) 3658-1633

Fac-símile: (11) 3658-1574

Correio Eletrônico: poli@grupompr.com.br

Álcool Ferreira S.A.

DUCESP
21 08 15

Alameda Madeira, 222 – 7º andar – cj 72
Barueri - SP
CEP 06454-010
At.: Jose Paulo Ferreira Soares
Telefone: (11) 3658-1633
Fac-símile: (11) 3658-1574
Correio Eletrônico: poli@grupompr.com.br

MPR Empreendimentos e Participações S.A.

Alameda Madeira, 222 – 7º andar – cj 7 – sala 1
Barueri - SP
CEP 06454-010
At.: José Paulo Ferreira Soares
Telefone: (11) 3658-1633
Fac-símile: (11) 3658-1574
Correio Eletrônico: poli@grupompr.com.br

GMPR Participações Ltda.

Alameda Madeira, 222 – 7º andar – cj 72 – sala 3
Barueri - SP
CEP 06454-010
At.: José Paulo Ferreira Soares
Telefone: (11) 3658-1633
Fac-símile: (11) 3658-1574
Correio Eletrônico: poli@grupompr.com.br

Grupo MPR Participações S.A.

Alameda Madeira, 222 – 7º andar – cj 71 – sala 1
Barueri - SP
CEP 06454-010
At.: Jose Paulo Ferreira Soares
Telefone: (11) 3658-1633
Fac-símile: (11) 3658-1574
Correio Eletrônico: poli@grupompr.com.br

José Marcio Ferreira Soares

Alameda das Artemísias, nº 114, Residencial 5
Santana de Parnaíba - SP
CEP 06539-225
Telefone: (11) 4195-0142 / (11) 3658-1500
Correio Eletrônico: marcio@grupompr.com.br

José Paulo Ferreira Lopes

Avenida Marcos Penteado de Ulhoa Rodrigues, nº 3.566, Apto. 31
Santana de Parnaíba - SP
CEP 06543-001
Telefone: (11) 4195-0142 / (11) 3658-1500

DUCE SP
21 08 15

Correio Eletrônico: poli@grupompr.com.br

José Ricardo Ferreira Soares

Avenida Pentágono, nº 1100 - Compl. Alameda da Mina, Casa 41

Santana de Parnaíba - SP

CEP 06540-427

Telefone: (11) 4195-0142 / (11) 3658-1500

Correio Eletrônico: ricardo.soares@grupompr.com.br

José Soares da Silva Junior

Alameda Itapecuru, nº 515, Apto. 01

Barueri - SP

CEP 06454-080

Telefone: (11) 4195-0142 / (11) 3658-1500

Correio Eletrônico: soares@grupompr.com.br

Maria Heloisa Freitas Ferreira

Alameda Batatais, nº 52, Residencial 4

Santana de Parnaíba - SP

CEP 06542-015

Telefone: (11) 4195-0142 / (11) 3658-1500

Correio Eletrônico: heloisa.ferreira@grupompr.com.br

Silvia Yoko Mugiuda Soares

Avenida Pentágono, nº 1100 - Compl. Alameda da Mina, Casa 41

Santana de Parnaíba - SP

CEP 06540-427

Telefone: (11) 4195-0142 / (11) 3658-1500

Correio Eletrônico: ricardo.soares@grupompr.com.br

VII. Obrigações Adicionais da Companhia e das Intervenientes Garantidoras

7.1. A Companhia está adicionalmente obrigada a:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário ou disponibilizar em sua página na rede mundial de computadores no prazo de até 1 (um) Dia Útil após o que ocorrer primeiro entre 90 (noventa) dias contados da data de término de cada exercício social ou em até 15 (quinze) dias corridos após a sua divulgação, (a) cópia das demonstrações financeiras consolidadas e completas da Companhia e da Álcool Ferreira e auditadas por auditor independente registrado na CVM, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes; (b) relatório específico de apuração dos Índices Financeiros, elaborado pelos auditores independentes registrados junto à CVM contratados pela Emissora,

contendo memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção dos Índices Financeiros devidamente auditados pelos auditores independentes registrados junto à CVM, contratados pela Emissora, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários; e (c) de declaração assinada por representantes legais com poderes para tanto, na forma do seu estatuto social, atestando (i) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (ii) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; e (iii) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social.

(ii) Fornecer ao Agente Fiduciário:

(a) no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data em que forem realizados, avisos aos Debenturistas;

(b) no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data da ocorrência de qualquer dos eventos que possa ensejar um Vencimento Antecipado, informações a respeito da ocorrência do respectivo evento; e

(c) no prazo de até 03 (três) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, resposta a eventuais dúvidas do Agente Fiduciário sobre qualquer informação que lhe venha a ser razoavelmente solicitada;

(d) declaração do representante legal da Emissora atestando o cumprimento das disposições desta Escritura de Emissão em até 2 (dois) Dias Úteis antes do pagamento dos dividendos aos acionistas da Emissora, que excedam o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das S.A., nos termos desta Escritura.

(iii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;

(iv) estruturar e manter um adequado e eficiente atendimento aos Debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das Debêntures, podendo utilizar para este fim, a estrutura de órgão destinado ao atendimento de seus acionistas ou contratar instituição financeira autorizada para prestar este serviço;

Pal

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

curto
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

- (v) cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios (inclusive legislação ambiental e lei nº 12.846/2013);
- (vi) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Companhia e/ou pelas Controladas;
- (vii) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;
- (viii) contratar e manter contratadas, as suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas neste Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, o Banco Liquidante e o Escriturador e o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário;
- (ix) não realizar operações fora de seu objeto social ou em desacordo com o seu estatuto social;
- (x) não divulgar informações referentes à Emissora, à Oferta ou às Debêntures em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400");
- (xi) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil;
- (xii) utilizar os recursos líquidos obtidos com a Oferta estritamente nos termos da Cláusula 4.1. acima;
- (xiii) efetuar (a) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.4., item (i) abaixo; e (b) desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.4., item (ii) abaixo;
- (xiv) observado o disposto na Cláusula 8.5., item (xiv) abaixo, a Companhia obriga-se, a partir desta data, a enviar os atos societários, dados financeiros e organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações que venham a ser solicitadas pelo Agente

Poli

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Fiduciário para a realização do relatório citado no referido inciso, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto na Cláusula 8.5., item (xv);

- (xv) enviar para o sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data de seu recebimento, o relatório enviado pelo Agente Fiduciário a que se refere a Cláusula 8.5., item (xiv) abaixo;
- (xvi) comunicar em até 1 (um) Dia Útil o Agente Fiduciário sobre qualquer fato relevante que seja do seu conhecimento e que possa vir a afetar o desempenho financeiro ou operacional da Emissora;
- (xvii) notificar, em até 5 (cinco) Dias Úteis o Agente Fiduciário da convocação, pela Companhia, de qualquer assembleia geral de Debenturistas;
- (xviii) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (xix) observar e cumprir com o disposto no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:
 - (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício da Emissora e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
 - (b) submeter suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício à auditoria, por auditor registrado na CVM, e encaminhar tais informações ao Agente Fiduciário na data da respectiva publicação;
 - (c) divulgar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - (d) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - (e) observar as disposições da Instrução da CVM 358 no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;

DUCE SP

21.08.13

- (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder; e
- (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;
- (xx) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (c) do subitem (iii) acima; (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 1 (um) Dia Útil a contar do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 28, de 2 de abril de 2009;
- (xxi) enviar o organograma societário, dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme previsto na Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório anual na CVM. O organograma do grupo societário da Emissora deverá conter os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e informações sobre o bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;
- (xxii) arcar com todos os custos decorrentes: (a) da Oferta e da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Oferta, tais como esta Escritura de Emissão, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; (c) de registro dos Contratos de Garantia no Registro de Títulos e Documentos aplicável; e (d) das despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Liquidante e Escriturador;
- (xxiii) comparecer à assembleia geral de Debenturistas, sempre que solicitada;
- (xxiv) notificar, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis após a ocorrência do evento, o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que cause a interrupção ou suspensão das atividades da Companhia e que resulte em um impacto adverso relevante para suas atividades ou situação financeira;
- (xxv) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo ou que venham a ser questionados ou contestados pela Companhia na esfera judicial ou administrativa, ou que não resultem em impacto adverso relevante para suas atividades ou situação financeira, efetuar o

pagamento de todos os tributos que entenda devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;

- (xxvi) adotar as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão. Obriga-se ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos Municipais, Estaduais e Federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor, inclusive atendendo aos Princípios do Equador III;
- (xxvii) não realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários objeto da Oferta dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (xxviii) não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476;
- (xxix) abster-se de negociar valores mobiliários de sua emissão até o envio da comunicação de encerramento da Oferta Restrita ("Comunicação de Encerramento"), salvo nas hipóteses previstas no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM 400;
- (xxx) abster-se, até o envio da Comunicação de Encerramento à CVM, de (i) revelar informações relativas à Oferta, exceto o que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida e (ii) utilizar as informações referentes à Oferta Restrita, exceto para fins estritamente relacionados com a sua preparação; e
- (xxxi) manter, conservar e preservar todos os seus bens necessários para a devida condução de suas atividades.

7.2. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

7.3. Os Intervenientes Garantidores, conforme aplicável, estão adicionalmente obrigados a:

- (i) cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios (inclusive legislação ambiental e lei nº 12.846/2013);
- (ii) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Companhia e/ou pelas Controladas;
- (iii) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;
- (iv) não divulgar informações referentes à Emissora, à Oferta ou às Debêntures em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400");
- (v) comunicar em até 1 (um) Dia Útil o Agente Fiduciário sobre qualquer fato relevante que seja do seu conhecimento e que possa vir a afetar o desempenho financeiro ou operacional da Emissora;
- (vi) (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (b) informar ao Coordenador Líder, até 1 (um) Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta, comprometendo-se, desde já, a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período;
- (vii) abster-se, até o envio da Comunicação de Encerramento à CVM, de (i) revelar informações relativas à Oferta, exceto o que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida e (ii) utilizar as informações referentes à Oferta Restrita, exceto para fins estritamente relacionados com a sua preparação;
- (viii) não realizar operações fora de seu objeto social ou em desacordo com o seu estatuto social;

- (ix) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil;
- (x) notificar, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis após a ocorrência do evento, o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que cause a interrupção ou suspensão de suas atividades e que resulte em um impacto adverso relevante para suas atividades ou situação financeira;
- (xi) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo ou que venham a ser questionados ou contestados pela Interveniente Garantidora na esfera judicial ou administrativa, ou que não resultem em impacto adverso relevante para suas atividades ou situação financeira, efetuar o pagamento de todos os tributos que entenda devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;
- (xii) adotar as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto. Obriga-se ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos Municipais, Estaduais e Federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor, inclusive atendendo aos Princípios do Equador III; e
- (xiii) manter, conservar e preservar todos os seus bens necessários para a devida condução de suas atividades.

VIII. Agente Fiduciário

8.1. A Companhia nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão objeto desta Escritura de Emissão o Agente Fiduciário, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina nesta qualidade e, neste ato e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Companhia, declarando que:

- (i) aceita a função para o qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (ii) conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todos os seus termos e condições;
- (iii) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

Poli

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

- (iv) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (v) esta Escritura de Emissão constitui obrigação válida e eficaz do Agente Fiduciário e exequível de acordo com os seus termos;
- (vi) verificou, no momento que aceitou a função, a veracidade das informações contidas neste Escritura de Emissão;
- (vii) é uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (viii) está ciente da regulamentação emanada do Conselho Monetário nacional, do Banco Central do Brasil e da CVM;
- (ix) não tem, sob as penas da lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º Da Lei das S.A., a Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la ("Instrução CVM 28") e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- (x) não se encontra em nenhuma situação de conflito de interesses prevista no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (xi) não tem qualquer ligação com a Companhia que o impeça de exercer suas funções;
- (xii) que com base no organograma disponibilizado pela Emissora, para os fins do disposto na alínea K, inciso XVII, artigo 12 da Instrução CVM 28, o Agente Fiduciário declara que inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário; e
- (xiii) assegura e assegurará, nos termos do artigo 10, parágrafo 1º, da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas de eventuais emissões de debêntures realizadas pela Companhia, sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia, em que venha a atuar a qualidade de agente fiduciário.

8.2. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Companhia nos termos desta Escritura de Emissão inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da

Pol





[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

3.0 são sejam integralmente cumpridos

8.3. Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicar-se-ão as seguintes regras:

- 




- (viii) o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunica-la à Companhia e aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 6.34 acima; e
- (ix) aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normais e preceitos emanados pela CVM.

8.4. Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nessa qualidade:

- (i) receberá uma remuneração:
 - (a) correspondente à parcelas anuais de R\$5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) por ano devida pela Companhia durante a vigência das Debêntures, sendo a primeira parcela da remuneração devida no 5º Dia Útil contado da data de assinatura desta Escritura de Emissão, e as demais parcelas sempre no mesmo dia dos anos subsequentes;
 - (b) reajustada anualmente, desde a data de pagamento da primeira parcela anual, pela variação acumulada do IGPM/FGV, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que eventualmente o substitua, calculada *pro rata die*, se necessário;
 - (c) acrescida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, a Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, e quaisquer outros tributos e despesas que venham a incidir sobre a remuneração devida ao Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;
 - (d) devida até o vencimento, resgate ou cancelamento das Debêntures e mesmo após o seu vencimento, resgate ou cancelamento na hipótese de atuação do Agente Fiduciário na cobrança de eventuais inadimplências relativas às Debêntures não sanadas pela Companhia, hipóteses em que a remuneração devida ao Agente Fiduciário será calculada proporcionalmente aos meses de atuação do Agente Fiduciário, reajustado conforme a alínea (b) acima; e
 - (e) acrescida, em caso de mora em seu pagamento, de qualquer quantia devida, de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e de multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, ficando o respectivo valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGPM/FG, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

- (ii) será reembolsado pela Companhia por todas as despesas razoáveis que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da entrega de cópias dos documentos comprobatórios neste sentido, incluindo despesas com:
- (a) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
 - (b) extração de certidões;
 - (c) despesas com *conference calls* e contatos telefônicos;
 - (d) locomoções entre cidades e Estados e respectivas hospedagens, transportes e alimentações quando necessárias ao desempenho das funções e desde que razoáveis; e
 - (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas; e
 - (f) fotocópias, digitalizações, envio de documentos.
- (iii) no caso de inadimplemento da Companhia, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Companhia. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Companhia permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário, inclusive, solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco e sucumbência; e
- (iv) o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista no item (iii) acima será acrescido à dívida da Companhia, tendo preferencia sobre estas na ordem de pagamento.

- (v) o Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda, com o risco de não ter as despesas mencionadas nos itens (ii) e (iii) acima reembolsadas, caso não tenham sido previamente aprovadas e realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero, e (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

8.5. Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (ii) custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, que não as especificadas nesta Escritura de Emissão como de responsabilidade da Companhia e/ou dos Debenturistas, incluindo todos os tributos, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução de seus serviços; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
- (iii) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos seus próprios bens;
- (iv) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (v) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (vi) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para sanar eventuais omissões, falhas ou defeitos de que tenha tido conhecimento;
- (vii) promover nos órgão competentes, caso a Companhia não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e as averbações de seus eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo do caso da Companhia incorrer no descumprimento de obrigação não pecuniária;
- (viii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (ix) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;

- (x) solicitar, quando considerar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Companhia, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do trabalho, procuradoria da Fazenda Pública;
- (xi) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Companhia;
- (xii) convocar, quando necessário, assembleia geral de Debenturistas nos termos da Cláusula 9.3 abaixo;
- (xiii) comparecer à assembleia geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xiv) elaborar e colocar à disposição relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das S.A., que deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia;
 - (b) alterações estatutárias da Companhia ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, enfocando indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de Capital da Companhia;
 - (d) posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) resgate, amortização e pagamentos de juros realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Companhia;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Companhia;
 - (g) relação de bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Companhia, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Companhia;
 - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário; e

Pi

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

- (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela Companhia, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo econômico da Companhia em que tenha atuado com agente fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea "k", da Instrução CVM 28, indicando: (a) denominação da companhia ofertante; (b) valor da emissão; (c) quantidade de debêntures emitidas; (d) espécie; (e) prazo de vencimento das debêntures; (f) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e (g) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- (xv) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso (xiv) acima até 30 de abril de cada ano ao menos na sede da Companhia, no escritório do Agente Fiduciário, na CVM, na CETIP e na sede do coordenador líder;
- (xvi) divulgar as informações referidas no item (j) do inciso (xiv) acima em sua página na Internet tão logo delas tenha conhecimento;
- (xvii) publicar, às expensas da Companhia, nos termos da Cláusula 6.31 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o inciso (xiv) acima se encontra à disposição nos locais indicados no inciso (xv) acima;
- (xviii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços mediante, inclusive, gestões perante a Companhia, o Banco Liquidante e o Escriturador, e a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Companhia e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante e o Escriturador, e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures e seus respectivos Debenturistas;
- (xix) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Companhia, informando prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;
- (xx) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo de até 05 (cinco) Dias Úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou ciência de qualquer inadimplemento pela Companhia, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à Companhia, à CVM e à CETIP; e

- (xxi) disponibilizar o valor unitário das Debêntures, calculado pelo Agente Fiduciário, aos investidores e aos demais participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou sua página na rede mundial de computadores.

8.6. No caso de inadimplemento pela Companhia de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão não sanado nos prazos previstos na Cláusula 6.16 acima, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:

- (i) declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seus principal e acessórios;
- (ii) requerer a falência da Companhia se não existirem garantias reais;
- (iii) tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
- (iv) representar os Debenturistas em processo de falência ou recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Companhia.

8.6.1. Observado o disposto nas Cláusulas 6.16 a 6.20 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 8.6 acima, incisos (i), (ii) e (iii) se, deliberada pelos Debenturistas que representem a unanimidade das Debêntures em Circulação de Debêntures em Circulação. Na hipótese da Cláusula 8.6 acima, inciso (iv) será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação.

IX. Assembleia Geral de Debenturistas

9.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das S.A., a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

9.2. As assembleias gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou pela CVM.

9.3. A convocação das assembleias gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 6.31 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de

Pol
[Handwritten signatures and initials]

convocação de assembleias gerais constantes da Lei das S.A. da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

9.4. As assembleias gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade mais uma das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

9.5. A presidência das assembleias gerais de Debenturistas caberá aos Debenturistas eleitos por estes próprios ou àqueles que forem designados pela CVM.

9.6. Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.6.1. abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

9.6.1. Não estão incluídos no quórum a que se refere a Cláusula 9.6. acima:

- (i) os quóruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura de Emissão; e
- (ii) as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, (a) desta Cláusula e/ou de qualquer dos quóruns previstos nesta Escritura de Emissão; (b) da Remuneração; (c) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (d) do prazo de vigência das Debêntures; (e) da espécie das Debêntures; (f) da criação de evento de repactuação; (g) de qualquer Evento de Vencimento Antecipado, inclusive no caso de perdão temporário ou renúncia; ou (h) das datas de Amortização de Principal e pagamento da Remuneração.

9.7. Para os fins de constituição de quórum desta Escritura de Emissão, "Debêntures em Circulação" significam todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria ou pertencentes, direta ou indiretamente, (i) à Companhia; (ii) a qualquer controladora, direta ou indireta, da Companhia; (iii) a qualquer Controlada; (iv) um acionista ou Parte Relacionada (conforme abaixo definido) à Emissora ou a qualquer Interveniente Garantidor ou (v) a qualquer diretor, conselheiro, cônjuge, companheiro, nos termos da legislação em vigor, ou parente até o 3º (terceiro) grau de qualquer das pessoas referidas nos itens anteriores.

9.7.1. Para fins desta Cláusula: (i) o termo "Parte Relacionada" significa a Emissora, os Intervenientes Garantidores, as Afiliadas, qualquer pessoa que seja direta ou indiretamente por elas Controladas, assim como qualquer

Handwritten signatures and initials on the right margin, including a large signature and several smaller ones.

administrador, familiar ou cônjuge/companheiro de qualquer das Pessoas aqui referidas e qualquer sociedade Controlada, direta ou indiretamente, por administrador ou familiar de qualquer das Pessoas aqui referidas; (ii) o termo "Controle" significa (a) o poder de exercer o direito de voto, individualmente ou em conjunto, de forma direta ou indireta, de mais de 50% (cinquenta por cento) das ações, e/ou quotas conforme o caso aplicável, com direito a voto de uma Pessoa, ou (b) o poder de eleger a maioria dos administradores e/ou direcionar ou causar o direcionamento da administração e políticas de tal Pessoa; e (iii) o termo "Pessoa" significa qualquer pessoa, física ou jurídica, sociedade, associação, condomínio, fundação, joint-venture, sociedade de fato, entidade organizada sem personalidade jurídica fundo de investimento, governo, incluindo entidades da administração direta ou indireta, ou qualquer subdivisão política, repartição ou órgão de qualquer governo.

9.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia nas assembleias gerais de Debenturistas.

9.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.10. Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

9.11. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em assembleias gerais de Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns nesta Escritura de Emissão, vincularão a Emissora e obrigarão todos os titulares de Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à assembleia geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas assembleias gerais de Debenturistas.

9.12. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

9.13. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será, ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

Handwritten signatures and initials:
 - Top right: "bi"
 - Middle right: A large, stylized signature.
 - Bottom right: "mto" and another signature.
 - Far bottom right: A signature that appears to start with "Lia".

DUCE SP

X. **Declarações da Companhia e dos Intervenientes**

~~Garantidores~~ 15

10.1. A Companhia neste ato declara que, na data de assinatura desta Escritura de Emissão:

- (i) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão, a emitir as Debêntures, e a cumprir com todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura de Emissão e das Debêntures têm poderes bastantes para tanto;
- (iv) esta Escritura de Emissão, as Debêntures e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Companhia, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (v) a celebração e os termos e condições desta Escritura de Emissão, das Debêntures, e o cumprimento das obrigações aqui previstas, bem como a Oferta (a) não infringem seu estatuto social; (b) não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Companhia seja parte; (c) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Companhia; e (d) não resultarão em (1) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes instrumentos; (2) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Companhia; ou (3) rescisão de qualquer destes instrumentos;
- (vi) as informações prestadas pela Companhia, por ocasião do pedido de registro na CETIP são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, responsabilizando-se a Companhia por qualquer quebra, inveracidade ou imprecisão em suas informações;
- (vii) não há outros fatos relevantes em relação à Companhia, ou às Debêntures não divulgadas, cuja omissão, no contexto da Oferta, faça com que qualquer declaração seja enganosa, insuficiente, incorreta ou inverídica;
- (viii) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, nesta data, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;

- (ix) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi determinada por sua livre vontade;
- (x) as demonstrações financeiras da Emissora datadas de 31 de dezembro de 2014, 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Álcool Ferreira naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora e da Álcool Ferreira;
- (xi) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão, incluindo, mas não se limitando, à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos nesta Escritura de Emissão;
- (xii) possui todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas, exceto com relação aquelas autorizações ou licenças que estejam em processo de regularização ou cuja perda ou cancelamento esteja sendo contestada pelos meios legais ou administrativos apropriados e de boa-fé;
- (xiii) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias e tribunais, aplicáveis à condução dos seus negócios, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social, salvo nos casos em que o descumprimento de tais leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais descumprimento esteja sendo discutido pelos meios legais ou administrativos apropriados e de boa-fé;
- (xiv) exceto pelas obrigações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativas e/ou judicial, está em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;
- (xv) inexistente (a) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos desta alínea, além daqueles mencionados nas Demonstrações Financeiras; (1) que possa vir a causar impacto adverso relevante na Companhia, em

sua condições financeira ou outras, ou em sua atividade; ou (2) visando anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão ou as Debêntures;

- (xvi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura de Debêntures, ou para a realização da Emissão;
- (xvii) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções, nos termos da Lei das S.A. e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (xviii) não realizará outra oferta pública de debêntures da mesma espécie dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta das Debêntures, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (xix) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que o impeça de exercer plenamente suas funções com relação a este Emissão;
- (xx) não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral ou inquérito do qual tenha sido citada ou intimada que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora ou em sua condição financeira em prejuízo dos Debenturistas;
- (xxi) declarou e pagou todos os tributos e contribuições previdenciárias, juntamente com todos os juros e penalidades quando aplicáveis, outros que não o pagamento de tributos e contribuições previdenciárias exceto aqueles que estejam sendo contestados de boa-fé pelos meios adequados e para os quais a Emissora, tenha feito reservas apropriadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (xxii) cumpre todas as leis e regulamentos trabalhistas e previdenciários aplicáveis (inclusive dissídios coletivos), relativos a todos os seus empregados, inclusive, sem limitação, aqueles relativos a salários, jornada de trabalho, práticas trabalhistas equitativas, saúde, segurança, exceto na medida em que o eventual descumprimento dessas leis e regulamentos estejam sendo contestados de boa-fé pelos meios adequados;
- (xxiii) mantém um sistema de controle interno de contabilidade suficiente para garantir razoavelmente que: (i) as operações sejam executadas de acordo com as autorizações gerais e específicas de sua administração; e (ii) as operações sejam registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

DUCE SP

21 06 16

contábeis adotadas em sua jurisdição e para manter contabilidade de seus ativos;

- (xxiv) todas as informações (consideradas como um todo) prestadas ao Coordenador Líder anteriormente, ou concomitantemente, à presente data, para fins de análise e aprovação da emissão das Debêntures, são corretas e verdadeiras na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato necessário para fazer com que referidas informações (consideradas como um todo) não sejam enganosas em referido tempo à luz das circunstâncias nas quais foram prestadas;
- (xxv) não há quaisquer títulos de sua emissão ou sacados contra si que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados e não pagos, exceto com relação aqueles protestos contestados, nos prazos e pelos meios legais ou administrativos apropriados e de boa-fé;
- (xxvi) não omitiu ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração adversa de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas; e
- (xxvii) até a presente data, nem a Companhia e nem qualquer uma de suas sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum ("Afiliadas"), diretores, membros do conselho de administração, quaisquer terceiros, incluindo assessores ou prestadores de serviços agindo em seu benefício e/ou de suas Afiliadas ("Representantes"); (a) usou os recursos da Companhia e/ou de suas Afiliadas para contribuições, doações ou despesas de representações ilegais ou outras despesas ilegais relativas a atividades políticas; (b) fez qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo seus familiares), nacionais ou estrangeiros, praticaram quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; (c) violou qualquer dispositivo de qualquer lei ou regulamento, nacional ou estrangeiro, contra prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo mas não se limitando à Lei 12.846/13, a U.S. Foreign Corrupt Practices Act de 1977 e o UK Bribery Act de 2010, conforme aplicável; (d) fez qualquer pagamento de propina, abatimento ilícito, remuneração ilícita, suborno, tráfico de influência, "caixinha" ou outro pagamento ilegal.

10.2. A Companhia obriga-se, de forma irretratável e irrevogável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios razoáveis) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade, inconsistência, imprecisão, incompletude, insuficiência ou incorreção de quaisquer de suas declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1.

10.3. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.2 acima, a Companhia obriga-se a notificar em até 1 (um) Dia Útil o Agente Fiduciário e os Debenturistas caso qualquer das declarações aqui prestadas seja inverídica, incorreta ou incompleta na data em que foi prestada.

10.4. Cada um dos Intervenientes Garantidores, na medida em que aplicável, neste ato declara que, na data de assinatura desta Escritura de Emissão:

- (i) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão, a prestar as Garantias e a cumprir com todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes bastantes para tanto;
- (iv) esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes do Interveniente Garantidor, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (v) a celebração e os termos e condições desta Escritura de Emissão, das Debêntures, e o cumprimento das obrigações aqui previstas, bem como a Oferta (a) não infringem seu estatuto social; (b) não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual o Interveniente Garantidor seja parte; (c) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face do Interveniente Garantidor; e (d) não resultarão em (1) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes instrumentos; (2) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem do Interveniente Garantidor; ou (3) rescisão de qualquer destes instrumentos;
- (vi) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão;
- (vii) possui todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas, exceto com relação aquelas autorizações ou licenças que estejam em processo de regularização ou cuja perda ou cancelamento esteja sendo contestada pelos meios legais ou administrativos apropriados e de boa-fé;
- (viii)
- (ix) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias e tribunais,

aplicáveis à condução dos seus negócios, inclusive, com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social, salvo nos casos em que o descumprimento de tais leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais descumprimento esteja sendo discutido pelos meios legais ou administrativos apropriados e de boa-fé;

- (x) exceto pelas obrigações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativas e/ou judicial, está em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;
- (xi) inexistência (a) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos desta alínea, além daqueles mencionados nas suas respectivas Demonstrações Financeiras; (1) que possa vir a causar impacto adverso relevante no Interveniente Garantidor, em suas condições financeira ou outras, ou em sua atividade; ou (2) visando anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão ou as Debêntures;
- (xii) declarou e pagou todos os tributos e contribuições previdenciárias, juntamente com todos os juros e penalidades quando aplicáveis, outros que não o pagamento de tributos e contribuições previdenciárias exceto aqueles que estejam sendo contestados de boa-fé pelos meios adequados e para os quais a Emissora, tenha feito reservas apropriadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (xiii) cumpre todas as leis e regulamentos trabalhistas e previdenciários aplicáveis (inclusive dissídios coletivos), relativos a todos os seus empregados, inclusive, sem limitação, aqueles relativos a salários, jornada de trabalho, práticas trabalhistas equitativas, saúde, segurança, exceto na medida em que o eventual descumprimento dessas leis e regulamentos estejam sendo contestados de boa-fé pelos meios adequados;
- (xiv) mantém um sistema de controle interno de contabilidade suficiente para garantir razoavelmente que: (i) as operações sejam executadas de acordo com as autorizações gerais e específicas de sua administração; e (ii) as operações sejam registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas

Polí

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

U.E.S.P.

contábeis adotadas em sua jurisdição e para manter contabilidade de seus ativos;

- (xv) todas as informações (consideradas como um todo) prestadas ao Coordenador Líder anteriormente, ou concomitantemente, à presente data, para fins de análise e aprovação da emissão das Debêntures, são corretas e verdadeiras na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato necessário para fazer com que referidas informações (consideradas como um todo) não sejam enganosas em referido tempo à luz das circunstâncias nas quais foram prestadas;
- (xvi) não há quaisquer títulos de sua emissão ou sacados contra si que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados e não pagos, exceto com relação aqueles protestos contestados, nos prazos e pelos meios legais ou administrativos apropriados e de boa-fé;
- (xvii) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pelo Interviente Garantidor de suas obrigações nos termos da presente Escritura de Debêntures;
- (xviii) não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral ou inquérito do qual tenha sido citada ou intimada que possa vir a causar impacto adverso relevante no Interviente Garantidor ou em sua condição financeira em prejuízo dos Debenturistas;
- (xix) não omitiu ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração adversa de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas; e
- (xx) até a presente data, nem o Interviente Garantidor e nem qualquer uma de suas Afiladas, diretores, membros do conselho de administração, quaisquer terceiros, incluindo Representantes; (a) usou os recursos do Interviente Garantidor e/ou de suas Afiladas para contribuições, doações ou despesas de representações ilegais ou outras despesas ilegais relativas a atividades políticas; (b) fez qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo seus familiares), nacionais ou estrangeiros, praticaram quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; (c) violou qualquer dispositivo de qualquer lei ou regulamento, nacional ou estrangeiro, contra prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo mas não se limitando à Lei 12.846/13, a U.S. Foreign Corrupt Practices Act de 1977 e o UK Bribery Act de 2010, conforme aplicável; (d) fez qualquer pagamento de propina, abatimento ilícito, remuneração ilícita, suborno, tráfico de influência, "caixinha" ou outro pagamento ilegal.

10.5. Os Intervenientes Garantidores obrigam-se, de forma irrevogável e irrevogável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios razoáveis) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade, inconsistência, imprecisão, incompletude, insuficiência ou incorreção de quaisquer de suas declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.4.

10.6. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.5 acima, os Intervenientes Garantidores obrigam-se a notificar em até 1 (um) Dia Útil o Agente Fiduciário e os Debenturistas caso qualquer das declarações aqui prestadas seja inverídica, incorreta ou incompleta na data em que foi prestada.

XI. Despesas

11.1. Correrão por conta da Companhia todos os custos incorridos com a Oferta ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures e de suas garantias, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e Escriturador e demais prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

XII. Disposições Gerais

12.1. As obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão têm caráter irrevogável e irrevogável obrigando as partes e seus sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.

12.2. Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes.

12.3. A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento pelas partes de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes se obrigam a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

12.4. Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerado mera liberalidade e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive

Pol
[assinatura]
[assinatura]
[assinatura]

de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações aqui decorrentes.

12.5. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.6. As partes reconhecem esta Escritura de Emissão e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, inciso I e II do Código de Processo Civil.

12.7. Para os fins desta Escritura de Emissão, as partes poderão, a seu exclusivo critério, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 621 e 632 do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

12.8. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Companhia, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Companhia.

12.9. O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora para acompanhar o atendimento dos Índices Financeiros.

12.10. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução 28 da CVM, conforme alterada, desta Escritura de Emissão, e dos artigos aplicáveis da Lei das S.A., estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

XIII. Lei e Foro

13.1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

Pat

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

13.2. Fica eleito o foro da Comarca da Capital de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

13.3. Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e por seus sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 8 (oito) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas que também a assinam.

São Paulo, 20 de julho de 2015.

(As assinaturas seguem nas 3 (três) páginas seguintes)
(Restante desta página intencionalmente deixada em branco)

Peti







DUCESP

(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Companhia Nacional de Alcool)

[Handwritten signatures]

COMPANHIA NACIONAL DE ALCOOL

Por: *[Handwritten signature]*
Cargo: Diretor

Por: José Paulo Ferreira Soares
Cargo: Diretor

[Handwritten signature]

GROU EMPREENDIMENTOS LTDA.

Por: Maria Helene Freitas Ferreira
Cargo: Diretora

Por: José Soares de Almeida Júnior
Cargo: Diretor

[Handwritten signature]

ALCOOL FERREIRA S.A.

Por: José Soares de Almeida Júnior
Cargo: Diretor

Por: José Paulo Ferreira Soares
Cargo: Diretor

[Handwritten signature]

MPR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Por: Maria Helene Freitas Ferreira
Cargo: Diretora

Por: José Soares de Almeida Júnior
Cargo: Diretor

[Handwritten signature]

GMPR PARTICIPAÇÕES LTDA.

Por: Maria Helene Freitas Ferreira
Cargo: Diretora

Por: José Soares de Almeida Júnior
Cargo: Diretor

[Handwritten signature]

GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.

Por: Maria Helene Freitas Ferreira
Cargo: Diretora

Por: José Soares de Almeida Júnior
Cargo: Diretor

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]


JOSÉ MARCIO FERREIRA SOARES


DUCE SP
24 08 15

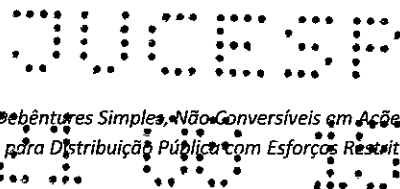

JOSÉ PAULO FERREIRA SOARES


JOSÉ RICARDO FERREIRA SOARES


JOSÉ SOARES DA SILVA JUNIOR


MARIA HELOISA FREITAS FERREIRA


SILVIA YOKO MUGIUDA SOARES
P.p. José Ricardo Ferreira Soares



(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Companhia Nacional de Alcool)

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Por:

Nilsimara Oliveira
Kojo Ferreira
Procuradora

Cargo:

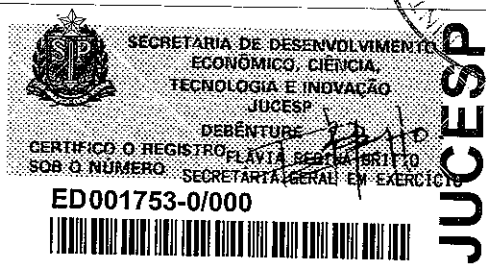
Testemunhas:

1. *Simiane Leques*

Nome: *Simiane Leques da Silva*
RG: *23.054.710-2*

2. *Silviah*

Nome: *Silviah Tarciso do Silo*
RG: *48.135.440-2*



DUCE SP

ANEXO I A

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA COMPANHIA NACIONAL DE ALCOOL

Relação de Dívidas a serem liquidadas com os recursos da emissão de Debêntures
(Cláusula 4.1.)

| Banco | Contrato | Produto | Abertura | Vencimento | Valor inicial em R\$ |
|-------------------------------|-----------------|----------|------------|------------|----------------------|
| Itaú Unibanco S.A. | 100113040012101 | CCB_GIRO | 25/04/2013 | 26/02/2018 | 18.000.000,00 |
| Itaú Unibanco S.A. | 101115040002400 | CCB_GIRO | 29/07/2015 | 28/08/2015 | 2.000.000,00 |
| Itaú Unibanco S.A. | 101115050006200 | CCB_GIRO | 29/07/2015 | 28/08/2015 | 4.000.000,00 |
| Itaú Unibanco S.A. | 101115060005100 | CCB_GIRO | 29/07/2015 | 28/08/2015 | 2.000.000,00 |
| Itaú Unibanco S.A. | 101115070006500 | CCB_GIRO | 27/07/2015 | 28/08/2015 | 2.000.000,00 |
| Itaú Unibanco S.A. | 199915030007300 | CCB_GIRO | 29/07/2015 | 28/08/2015 | 3.000.000,00 |
| Banco Santander (Brasil) S.A. | 270246013 | CCB | 15/03/2013 | 25/02/2018 | 15.400.000,00 |

Handwritten signatures and initials:
 - Top right: "Pai"
 - Middle right: "LUB"
 - Bottom right: "LUB" and other initials